

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL
GERÊNCIA GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de vacinação contra Influenza, incluindo o fornecimento da vacina antigripal quadrivalente e sua aplicação por profissionais habilitados, visando ao atendimento dos empregados do Sesc-AR/DF.

Item	Descrição do Item	Especificação Técnica	Unidade de medida	Quantidade
1	Serviço de vacinação contra Influenza, incluindo o fornecimento de vacina antigripal quadrivalente e aplicação por profissional habilitado.	Vacina Influenza inativada, quadrivalente, contendo cepas H1N1, H3N2, B (Linhagem Victoria) e B (Linhagem Yamagata), oferecendo proteção ampliada em relação à vacina trivalente, com registro ativo na ANVISA, validade mínima de 6 meses no ato da entrega, acondicionada entre +2°C e +8°C, com garantia de manutenção da cadeia de frio e aplicação realizada por profissional habilitado.	SV	3.000

2. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1. Os serviços serão executados sob demanda, conforme necessidade do Sesc-AR/DF, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

2.2 Todos os custos relacionados à prestação do serviço, incluindo fornecimento das vacinas, insumos, materiais, equipamentos, transporte, armazenamento, equipe técnica e demais despesas necessárias, serão de responsabilidade da empresa contratada.

2.3 A vacinação deverá ser realizada mediante identificação do empregado, com registro formal contendo, no mínimo, nome completo e CPF, sendo obrigatória a assinatura ou validação do atendimento. Após a aplicação, deverá ser fornecido comprovante de vacinação devidamente preenchido. A execução deverá observar as normas sanitárias vigentes e as boas práticas de biossegurança.

2.4 O serviço consiste na aplicação de vacina Influenza inativada, quadrivalente, contendo cepas H1N1, H3N2, B (Linhagem Victoria) e B (Linhagem Yamagata), com registro ativo na ANVISA.

2.5. O transporte e armazenamento das vacinas deverão ser realizados em conformidade com as normas sanitárias vigentes, garantindo a manutenção da cadeia de frio entre +2°C e +8°C. A contratada deverá utilizar caixas térmicas adequadas, com monitoramento de temperatura, de modo a preservar a integridade e a eficácia das vacinas até o momento da aplicação.

2.6 A aplicação das vacinas deverá ser realizada por profissionais legalmente habilitados, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe.

2.7 A empresa contratada deverá garantir a adequada identificação dos empregados vacinados, mediante registro com nome completo e CPF, bem como fornecer comprovante de vacinação contendo as informações da dose aplicada.

2.8. Os serviços deverão ser executados nas unidades do Sesc-AR/DF e demais locais vinculados, conforme tabela abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO
Sesc Sede	Sia Trecho 4 Lote 80/90. CEP 71.200-040.
Sesc Samambaia	QR 101 Conjunto 1 Lote 01 - Samambaia. CEP 71250-070
Sesc Asa Norte	SGAN 912/712 - Asa Norte, Brasília - DF. CEP 70790-120

Sesc Taguatinga Sul	Área Especial nº 03 Setor F Sul – Taguatinga Sul – CEP: 72.025-500.
Sesc Guará	QE 4, Área Especial A, térreo, Guará I, Guará/DF, CEP 71.010-613.
Estação 504 Sul	EQS 504/505, Bloco A, térreo e subsolo, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.331-570.
Sesc Setor Comercial Sul	SCS Quadra 2, Bloco C, Lote 227, Ed. Presidente Dutra, sobreloja e 1º andar, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.302-900.
Sesc Unidades Móveis	QR 101 Conjunto 1 Lote 01 - Samambaia. CEP 71250-070
Sesc Ceilândia	QNN 27, Área Especial, Lote B, térreo, Ceilândia Norte, Ceilândia/DF, CEP 72.225-270.
Edusesc - Ceilândia	QNN 27, Área Especial, Lote B, térreo, Ceilândia Norte, Ceilândia/DF, CEP 72.225-270.
Sesc Gama	Setor Leste Industrial, Quadra 1, Lotes 620, 640, 660 e 680, térreo, Gama/DF, CEP 72.445-000.
Edusesc - Gama	Setor Leste Industrial, Quadra 1, Lotes 620, 640, 660 e 680, térreo, Gama/DF, CEP 72.445-000.
Sesc Taguatinga Norte	CNB 12, Área Especial 2/3, térreo, Taguatinga Norte, Taguatinga/DF, CEP 72.115-125.
Edusesc - Tag.Norte	CNB 12, Área Especial 2/3, Taguatinga Norte – DF. CEP 72.115-125.
Sesc 913 Sul	SEPS 713/913, Conjunto F, térreo, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.390-135.

Unidade de Testagem, Aconselhamento e Imunização (UTAI)	Mezanino da Rodoviária do Plano Piloto
Parcerias Institucionais - Polícia Militar	Centro Médico PMDF Anexo do QG Saiso, Brasília - DF, CEP 70610-200
Parcerias Institucionais - Polícia Civil	Policlínica PCDF SGAS I St. de Grandes Áreas Sul 915 - Plano Piloto, Brasília - DF, CEP 70390-150
Restaurante SESC - CLDF	Praça do Servidor, Câmara Legislativa do Distrito Federal

2.9. A execução dos serviços poderá ocorrer em outras unidades ou locais indicados pelo Sesc-AR/DF, dentro do Distrito Federal, conforme necessidade da Administração.

2.10 As atividades deverão observar as normas sanitárias vigentes, incluindo boas práticas de vacinação, biossegurança e orientações dos órgãos de saúde.

2.11. A empresa contratada será responsável pela destinação adequada dos resíduos gerados durante a execução do serviço, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental aplicável.

2.12. Em caso de intercorrências pós-vacinação, a contratada deverá prestar as orientações necessárias e adotar os procedimentos cabíveis conforme protocolos de saúde.

3. DA NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Considerando o disposto na Resolução Sesc nº 1.593/2024, o objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de “serviços comuns”, pois a especificações são usuais no mercado e a sua seleção pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosamente técnica.

4. DO VALOR DE REFERÊNCIA

4.1. O valor total estimado do objeto desta licitação é de **R\$ 254.010,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil e dez reais)**.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. O Serviço Social do Comércio – Sesc-AR/DF, em sua missão institucional, atua na promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores do comércio,

seus dependentes e da comunidade. Nesse contexto, a realização de campanhas de vacinação constitui ação essencial de saúde preventiva, voltada à redução de riscos de adoecimento e à promoção de ambientes laborais mais seguros e saudáveis.

5.2. A vacinação contra Influenza é reconhecida como uma das principais medidas de prevenção de doenças respiratórias, especialmente em ambientes coletivos, contribuindo para a redução da transmissão viral, prevenção de complicações e diminuição do absenteísmo laboral, bem como para a prevenção de surtos no ambiente de trabalho. A imunização dos empregados impacta diretamente na continuidade das atividades institucionais, na manutenção da qualidade dos serviços prestados pelo Sesc-AR/DF e na produtividade das equipes.

5.3. A execução do serviço demanda estrutura técnica especializada, incluindo fornecimento de vacinas com registro ativo na ANVISA, manutenção da cadeia de frio, equipe de profissionais habilitados para aplicação das doses, além de controle e registro dos atendimentos realizados. Tais requisitos tornam necessária a contratação de empresa especializada, apta a garantir a qualidade, segurança e conformidade dos serviços prestados.

5.4 A contratação também se justifica pela necessidade de observância às normas sanitárias vigentes, às recomendações dos órgãos de saúde e às boas práticas de vacinação, assegurando que todo o processo ocorra de forma segura, com rastreabilidade, controle adequado e atendimento às exigências dos órgãos reguladores.

5.5 Ademais, considerando a abrangência das unidades do Sesc-AR/DF, a quantidade de empregados, as variações na adesão à campanha de vacinação e os impactos decorrentes de afastamentos na produtividade e na continuidade das atividades institucionais, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais adequada. O modelo possibilita a execução sob demanda, confere maior flexibilidade operacional, otimiza a utilização dos recursos institucionais e evita contratações desnecessárias, garantindo maior eficiência administrativa e adequada cobertura da campanha de imunização.

5.6 Nesse contexto, a ampliação do quantitativo estimado para até 3.000 (três mil) doses se justifica em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, permitindo o atendimento de demandas adicionais ao longo da vigência da ata, sem obrigatoriedade de consumo integral, assegurando flexibilidade e adequada cobertura da campanha de vacinação.

6. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A formalização da presente contratação ocorrerá por meio de Ata de Registro de Preços, acompanhada de Contrato administrativo, ambos elaborados conforme as

disposições da Resolução Sesc nº 1.593/2024. O contrato detalhará todas as obrigações, responsabilidades, condições de execução, penalidades e demais direitos das partes, garantindo segurança jurídica e adequada gestão da contratação.

6.2. A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por interesse das partes, sucessivamente, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 33 do Anexo da Resolução Sesc nº 1.593/2024, desde que comprovada a vantajosidade, observados os requisitos formais e devidamente motivada a continuidade.

6.3. Os valores contratados poderão ser reajustados pela variação acumulada do INPC/IBGE, observados os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vigência contratual, mediante solicitação formal da contratada e desde que haja interesse na renovação do contrato.

6.4. O reajuste deverá ser solicitado formalmente pela contratada, acompanhado da respectiva memória de cálculo, observadas as disposições previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual.

6.5 É vedada a concessão de reajuste antes de decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses da assinatura do contrato, salvo disposição legal superveniente.

7. DA FORMALIZAÇÃO DOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

7.1 O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente será concedido nas hipóteses previstas em lei, especialmente quando ocorrerem fatos supervenientes, extraordinários e imprevisíveis que alterem as condições econômicas originalmente pactuadas.

7.2 Para fins de análise e eventual concessão do reequilíbrio econômico-financeiro, o fornecedor deverá apresentar formalmente à Instituição a seguinte documentação mínima:

a) Requerimento formal detalhando as razões e fundamentos que motivam o pedido de reequilíbrio, com referência específica ao fato superveniente que justifica a revisão, demonstrando o nexo de causalidade entre o evento e o desequilíbrio contratual;

b) Demonstrativo econômico-financeiro que comprove a alteração dos custos, detalhando os valores antes e após o evento que enseja o reequilíbrio;

c) Documentos comprobatórios dos fatos alegados, tais como:

I – Notificações, portarias, alterações legislativas ou regulamentares que tenham impactado o contrato;

II – Comprovação de variação de preços de insumos (notas fiscais, tabelas de preços oficiais, índices setoriais);

III – Relatórios técnicos ou periciais que atestem a ocorrência de caso fortuito ou força

maior;

IV – Planilha de custos detalhada com memória de cálculo.

8. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Os serviços serão solicitados conforme a necessidade do Sesc-AR/DF, pelo gestor designado, mediante envio formal de Ordem de Compra – OC ao endereço eletrônico informado pela Contratada.

8.1.1 A Contratada deverá confirmar expressamente o recebimento da OC no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do envio, sendo presumido, para todos os fins, o recebimento caso não haja manifestação no prazo estipulado.

8.1.2 É de responsabilidade da Contratada manter seus dados cadastrais atualizados durante toda a execução contratual, inclusive o endereço eletrônico informado na proposta.

8.1.3 Em caso de alteração de dados, a Contratada deverá comunicar formalmente ao gestor da contratação.

8.2 Após o recebimento da Ordem de Compra, a Contratada deverá executar os serviços conforme cronograma previamente acordado com o Contratante, nos locais indicados.

8.3 O Contratante poderá recusar a execução dos serviços caso estes não estejam em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 A Contratada deverá executar o objeto em estrita conformidade com sua proposta e com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

8.5 Após a execução dos serviços, a Contratada deverá apresentar a respectiva nota fiscal, acompanhada da comprovação da realização dos serviços, incluindo relação dos empregados vacinados e demais registros pertinentes.

8.6. O descumprimento dos prazos e condições estabelecidos implicará na aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Executar os serviços conforme especificações e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

9.1.2. Disponibilizar profissionais qualificados e legalmente habilitados para a aplicação das vacinas.

9.1.3. Fornecer as vacinas, insumos, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, garantindo sua adequada conservação, transporte e armazenamento, com manutenção da cadeia de frio.

9.1.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas sanitárias e de biossegurança aplicáveis à atividade de vacinação.

9.1.5. Manter atualizada toda a documentação fiscal, trabalhista e previdenciária relativa aos serviços prestados.

9.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados por seus empregados, prepostos ou subcontratados ao patrimônio do Sesc-AR/DF ou a terceiros.

9.1.7. Substituir, sempre que necessário e mediante solicitação da Contratante, profissionais que não estejam desempenhando adequadamente suas funções.

9.1.8. Garantir que as vacinas fornecidas possuam registro ativo na ANVISA, com autorização para uso no território nacional e estejam dentro do prazo de validade no momento da aplicação.

9.1.9. Realizar o registro das aplicações realizadas, contendo identificação dos vacinados, e fornecer comprovante de vacinação.

9.1.10. Responsabilizar-se pela destinação adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, conforme legislação aplicável.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São Obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1. Disponibilizar todas as informações necessárias para a execução dos serviços contratados.

10.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das condições contratuais.

10.1.3. Comunicar à Contratada eventuais irregularidades identificadas na execução dos serviços.

10.1.4. Efetuar os pagamentos devidos conforme prazos e condições estabelecidos.

10.1.5. Solicitar correções ou ajustes nos serviços quando detectadas não conformidades.

10.1.6. Garantir acesso da Contratada às unidades e aos locais necessários para a execução dos serviços.

10.1.7. Disponibilizar responsável para acompanhamento da execução dos serviços nas unidades, quando necessário.

10.2. O Sesc-AR/DF não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros decorrente de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É vedada a subcontratação total do objeto, sendo admitida, excepcionalmente, a subcontratação parcial de atividades acessórias, desde que previamente autorizada pelo Sesc-AR/DF e que não comprometa a qualidade, segurança e responsabilidade técnica na execução dos serviços.

11.2 A vedação à subcontratação total fundamenta-se na necessidade de assegurar que a execução dos serviços de vacinação seja realizada por empresa que detenha responsabilidade técnica sobre toda a operação, incluindo fornecimento, conservação, transporte e aplicação das vacinas, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

11.3 A Contratada permanecerá integralmente responsável pelos serviços executados, inclusive aqueles eventualmente subcontratados, não sendo afastada sua responsabilidade perante o Sesc-AR/DF.

11.4 Qualquer subcontratação realizada sem autorização prévia caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a Contratada às penalidades previstas.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado diretamente na conta bancária indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega definitiva com nota fiscal devidamente atestada pela Gerência Geral de Gestão de Pessoas.

12.2. Deverá estar especificada a quantidade, com o respectivo valor unitário e total e a comprovação de recebimento pelo Sesc-AR/DF.

12.3. Nos valores apresentados na nota fiscal, já estarão inclusos taxas, fretes, impostos, seguros e outros encargos legais decorrentes do cumprimento do objeto.

12.4. O Sesc-AR/DF não efetuará pagamento por meio de boleto bancário.

12.5. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

12.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou

inadimplência, sendo que o atraso decorrente do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, não gerará direito ao pleito de reajustamento de preços.

12.7. Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a nota fiscal será devolvida para a devida correção e o prazo de pagamento alterado sem quaisquer ônus para o Sesc-AR/DF.

12.8. Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a nota fiscal será devolvida para a devida correção e o prazo de pagamento alterado sem quaisquer ônus para o Sesc-AR/DF.

12.9. Em razão das obrigações acessórias decorrentes da Legislação vigente que regem os tributos e contribuições incidentes sobre os pagamentos das notas fiscais correspondentes ao objeto da licitação, o Sesc-AR/DF, também poderá fazer, caso haja incidência, as retenções devidas ao IR, INSS, PIS, COFINS e Contribuição Social.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

14. DA GARANTIA DO SERVIÇO

14.1. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade, segurança e conformidade dos serviços prestados, incluindo o adequado fornecimento, conservação e aplicação das vacinas, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

14.2. Caso sejam identificadas falhas na execução dos serviços, como problemas relacionados à conservação das vacinas, aplicação inadequada ou inconsistências nos registros, a CONTRATADA deverá realizar, sem ônus adicional para o Sesc-AR/DF, as correções necessárias, conforme orientações da área técnica requisitante.

15. DA GARANTIA DA PROPOSTA

15.1. Não será exigida garantia de proposta.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a licitante contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

- a) Advertência;
- b) Multa, conforme detalhamento constante na tabela de grau e infração; e
- c) Suspensão do direito de licitar ou contratar, por prazo não superior a 3 (três) anos, inclusive quando recusar-se a assinar o Contrato.

d) Impedimento de contratar com o Sesc-AR/DF, por um prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, com abrangência nacional, nas seguintes hipóteses:

I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

V. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

16.2. Para efeito de aplicação das penalidades de multa, as infrações serão classificadas por grau, conforme tabelas a seguir:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	2% sobre o valor da Ordem de Compra
02	3% sobre o valor da Ordem de Compra
03	4% sobre o valor da Ordem de Compra
04	5% sobre o valor da Ordem de Compra
05	7% sobre o valor da Ordem de Compra

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	GR AU	INCIDÊ NCIA
1	Não realizar os serviços solicitados.	5	Por ocorrência
2	Realizar os serviços em especificações diferentes do contratado.	4	Por ocorrência

3	Não manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por ocorrência
4	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador.	3	Por ocorrência
5	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo CONTRATANTE.	1	Por ocorrência

16.3. As multas previstas neste instrumento são independentes entre si e poderão ser aplicadas de forma cumulativa e consecutiva, conforme a natureza e a gravidade da infração, observado o limite máximo de 30% do valor total do contrato.

16.4. Quando não pagos em dinheiro pela CONTRATADA, os valores das multas aplicadas serão deduzidos dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrados judicialmente.

16.5. Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional ao valor do produto que deixou de ser entregue.

16.6. Em caso de reincidência por atraso injustificado, assim considerada a repetição da mesma infração anteriormente sancionada no prazo de até 12 (doze) meses, contado da data da aplicação da penalidade anterior, será a CONTRATADA penalizada nos termos do art. 40, Anexo I, da Resolução Sesc nº 1.593/2024.

17. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento da proposta de menor preço por item.

17.2 A adoção do critério de menor preço por item justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste na prestação de serviço de vacinação contra Influenza, incluindo o fornecimento e aplicação da vacina antigripal quadrivalente.

17.3 Considerando que o objeto foi estruturado em item único, não há necessidade de agrupamento ou parcelamento, sendo o modelo adotado suficiente para garantir a competitividade, isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA EM CONSÓRCIO

18.1. Não será permitida a participação de empresas organizadas em consórcio.

18.2. A vedação à participação de empresas em consórcio fundamenta-se nas características do objeto, que envolve a prestação de serviço de vacinação contra Influenza, incluindo o fornecimento, armazenamento, transporte e aplicação de vacinas, com observância às normas sanitárias vigentes.

18.3. Tais atividades demandam atuação integrada, padronização dos procedimentos e centralização da responsabilidade pela execução dos serviços, especialmente no que se refere à conservação adequada das vacinas e à aplicação por profissionais habilitados.

18.4. A execução por empresas consorciadas poderia gerar fragmentação de responsabilidades e dificuldades na gestão e fiscalização contratual, podendo comprometer a qualidade e a segurança dos serviços prestados. Ademais, a natureza do objeto não exige complexidade operacional ou capacidade econômico-financeira que justifique a formação de consórcio, não havendo prejuízo à competitividade.

19. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme a ser disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstos no edital.

19.3. Estarão impedidas de participar desta licitação pessoas jurídicas que:

- a) estejam sob decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) estejam em regime de consórcio;
- c) sejam entidades estrangeiras ou sociedade que não funcionem no país;
- d) estejam suspensas e/ou impedidas de licitar ou contratar com o SescAR/DF;
- e) possuam débitos pendentes junto ao Sesc-AR/DF; e
- f) tenham participação, seja a que título for, de dirigentes ou funcionários do Sesc-AR/DF.

19.4. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

19.5. Os atestados deverão comprovar, isolada ou cumulativamente, a execução de serviços similares ao objeto desta contratação, consistentes na prestação de serviços

de vacinação, incluindo fornecimento e aplicação de vacinas, em ambientes corporativos, clínicos, hospitalares ou institucionais.

19.6 Para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a licitante deverá demonstrar a execução de quantitativo mínimo correspondente a 20% (vinte por cento) da quantidade estimada para o item licitado.

19.7 Para fins de comprovação da capacidade técnica, serão aceitos um ou mais atestados, desde que, em conjunto, demonstrem a execução dos serviços mínimos exigidos no escopo contratual, podendo abranger diferentes locais de prestação de serviços, como ambientes corporativos, clínicos, hospitalares ou institucionais.

20. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições da ata.
- c) não haja prejuízo a aquisição do objeto pactuado e haja a anuência expressa do CONTRATANTE à continuidade do contrato/ata.

21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

21.1. Nesta contratação, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, serão observadas, em todas as fases do procedimento licitatório, as orientações voltadas à sustentabilidade ambiental, em atenção ao art. 23 da Resolução Sesc nº 1.593/2024.

21.2. Dentre as recomendações voltadas à sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá, sempre que possível, adotar práticas que minimizem impactos ambientais, incluindo o correto gerenciamento e destinação dos resíduos gerados durante a execução dos serviços de vacinação, em conformidade com a legislação aplicável.

21.3. Poderão ser adotados critérios adicionais de sustentabilidade, conforme as especificidades do objeto e as diretrizes institucionais aplicáveis.

22. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP

22.1. Diante dos enquadramentos expostos neste Termo de Referência, será adotado o Registro de Preços, haja vista tratar-se de prestação de serviço que permite a flexibilização do quantitativo a ser contratado, uma vez que o SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras, agregando ao fato da possibilidade de

atendimento das necessidades de outros departamentos da entidade e por outro serviço social autônomo, nos termos do artigo 44 e seus incisos I, II e III, da Resolução Sesc nº 1.593/2024, transcritos abaixo:

“I - quando for mais conveniente que a aquisição demande entrega ou fornecimento parcelado;

II - quando, pelas características do bem ou do serviço, houver necessidade de aquisições frequentes;

III - quando não for possível estabelecer, previamente, o quantitativo exato para o atendimento das necessidades;

22.2. O Registro de Preços não importa em direito subjetivo de quem ofertou o preço registrado de exigir a aquisição, sendo facultada a realização de contratação de terceiros, sempre que houver preços mais vantajosos.

22.3. O Registro de preço realizado, poderá ser objeto de adesão por outro departamento da entidade e por serviço social autônomo.

22.4. As aquisições por Aderente não poderão ultrapassar 100% dos quantitativos previstos neste Termo de Referência.

22.5. As razões da conveniência de aderir ao registro de preço cabem ao Aderente.

22.6. O pedido de adesão ao Gerenciador e a contratação da aquisição de bens ou serviços pelo Aderente com o fornecedor deverão ser realizados durante a vigência do registro de preço.

22.7. O fornecimento ao Aderente deverá observar as condições estabelecidas no registro de preço e não poderá prejudicar as obrigações assumidas com o Gerenciador e com os Aderentes anteriores.

22.8. O fornecedor poderá optar por não contratar com o Aderente.

22.9. A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preço - ARP.

22.10. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente desta licitação será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo de 36 (trinta e seis) meses, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após o encerramento da licitação, será incluído na ata o cadastro reserva, na forma de anexo, o registro:

23.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao da licitante vencedora, observada a classificação na licitação; e

23.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

23.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

23.2.2. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

23.2.3. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na Resolução Sesc nº 1.593/2024.

24. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

24.1. Nos termos de regramento interno da Instituição, será designado empregado para acompanhar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, nos termos da Ordem de Serviço Sesc/AR/DF nº 14/2020.

24.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

24.3. A gestão e fiscalização dar-se-ão pelos funcionários abaixo designados:

Fiscal do Contrato	
Nome:	Tainan de Abreu Dantas
Cargo:	Técnica em Enfermagem do Trabalho
Matrícula:	7178
Fiscal Substituto	
Nome:	Waleston Alves Dias
Cargo:	Assistente de Suporte à Gestão
Matrícula:	7420

25. DA PROTEÇÃO DE DADOS

25.1. A licitante vencedora, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar na contratação em conformidade com a Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais – PPTDP do Sesc AR/DF, bem como a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018), entre outras normas nacionais e internacionais relativas à privacidade e proteção de dados pessoais.

25.2. As informações abarcadas na PPTDP incluem todos os dados detidos, usados ou transmitidos pelo ou em nome do Sesc-AR/DF, em qualquer suporte. Isso inclui dados pessoais registrados em papel e dados digitais armazenados em qualquer tipo de mídia, obrigando-se a licitante vencedora a:

a) tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções do Sesc-AR/DF e em conformidade com este item, e que, na eventualidade de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente ao Sesc-AR/DF, que terá o direito de rescindir a contratação sem qualquer ônus, multa ou encargo.

b) manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c) acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, codificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito do Sesc AR/DF.

d) garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidem com os dados pessoais sob responsabilidade do Sesc AR/DF assinaram Acordo de Confidencialidade com a licitante vencedora, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção do objeto desta licitação. Ainda treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

25.3. Exceto se previamente autorizado por escrito pelo Sesc-AR/DF, os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, quer direta ou indiretamente, seja

mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

25.4. Caso a licitante vencedora seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente ao Sesc-AR/DF para que este tome as medidas que julgar cabíveis.

25.5. A licitante vencedora deverá notificar o Sesc AR/DF em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

a) qualquer não cumprimento, ainda que suspeito, das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela licitante vencedora, seus funcionários ou terceiros autorizados;

b) qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da licitante vencedora.

25.6. A licitante vencedora será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao Sesc AR/DF e/ou a terceiros resultantes diretamente do descumprimento de qualquer das disposições previstas neste item quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

25.7. A licitante vencedora declara-se ciente e concorda com a PPTDP que estabelece diretrizes e regras para garantir que seus destinatários entendam e cumpram as legislações que versem sobre a proteção de dados pessoais em todas as interações com atuais e futuros titulares de dados pessoais, terceiros e agentes de tratamento de dados pessoais externos ao Sesc AR/DF no âmbito de suas atividades.

25.8. O Sesc AR/DF adotará todas as medidas para deixar seus parceiros, colaboradores e clientes também cientes de que a licitante vencedora, em decorrência da contratação, poderá ter acesso, utilizará, manterá e processará, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pelo Sesc AR/DF e seus clientes ("Dados Protegidos"), exclusivamente para fins específicos da presente contratação.

25.9. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da LGPD, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os Dados Protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

25.10. O Sesc AR/DF deve dar ciência aos seus clientes sobre a LGPD e garantir que possui todos os consentimentos e avisos necessários para permitir a transferência legal de dados pessoais de seus clientes para que a licitante vencedora cumpra o disposto neste Edital e anexos.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. A contratação resultante deste Termo de Referência está disciplinada nas disposições da Resolução Sesc nº 1.593/2024 e eventuais lacunas serão supridas pelas normas de direito civil vigentes e pelos princípios gerais de direito privado.

26.2. Brasília/DF é domicílio e foro competente para dirimir quaisquer dúvidas referentes à licitação e a procedimentos dela resultantes, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília/DF, 11 de maio de 2026.

Adriana Cerqueira Gonçalves

Gerente Geral de Gestão de Pessoas

Gerência Geral de Gestão de Pessoas

Documento assinado usando senha por: **Tatiana Simoes Rodrigues - 7764**, com o cargo: **Analista de Suporte a Gestão**, na lotação: **Gerência de Compras e Contratos** em 11/05/2026 às 15:29:15, protocolo nº: **18271/2026**.

Documento assinado usando senha por: **Amanda Mesquita Meneses Dourado - 5532**, com o cargo: **Gerente Adjunto de Área**, na lotação: **Gerência Adjunta de Saúde e Segurança Ocupacional** em 13/05/2026 às 16:35:24, protocolo nº: **18271/2026**.

Documento assinado usando senha por: **Adriana Cerqueira Gonçalves - 6630**, com o cargo: **Gerente Geral de Gestão de Pessoas**, na lotação: **Gerência Geral de Gestão de Pessoas** em 14/05/2026 às 16:10:29, protocolo nº: **18271/2026**.



Para conferir e validar a assinatura desse documento acesse:

<https://sigaext.sescdf.com.br/verificar-assinatura?>

q=3bc9582e1f33edbc6c8fa371d3a423fc8e510082d73c578c20dad878e9c9575